

RESUMO DE DISSERTAÇÃO 2

A Interferência da Prática Ideológica no Trabalho do Administrador Escolar na Instituição Pública de Ensino Fundamental no Município do Rio de Janeiro*

Yolanda Maria Rodrigues dos Santos Passos

*Mestrado em Educação, Universidade Estadual
do Rio de Janeiro*

Sabemos que, quando o sujeito pensa sobre sua realidade concreta, esta não só se torna objeto do seu conhecimento mas se caracteriza por somente existir na medida em que alguém realiza tal ação. E é através da relação social entre sujeito e objeto que se constrói o conhecimento inserido no tempo histórico.

Pensando numa história de dezesseis anos na Rede Pública do Município do Rio de Janeiro, doze dos quais como Regente de sala de aula e quatro como Diretora Adjunta, foi possível estabelecer reflexões acerca de várias questões e, em especial, sobre o trabalho do Diretor enquanto Administrador Escolar na Instituição Pública de Ensino Fundamental, isto é, numa escola estatal marcada pela presença da ideologia no desenrolar do seu cotidiano, o que, dentro desse contexto particular, pode fazer dessa prática um instrumento de reprodução ou de transformação da realidade social.

Com a pesquisa intitulada *A Interferência da Prática Ideológica no Trabalho do Administrador Escolar na Instituição Pública de Ensino Fundamental no Município do Rio de Janeiro (1992-1995)* partimos da análise do trabalho desse profissional mediado ideologicamente, procurando compreender até onde vão as possibilidades para que o Diretor dessa Escola possa, com os membros da Comunidade Escolar, trabalhar para transformar, o que significa utilizar a educação como forma de exercício e construção da cidadania. Para tanto, definimos como objetivo desse estudo construir todo um conjunto de informações que possibilitasse a compreensão do seu trabalho marcado por inúmeras especificidades que o condicionam. Realizamos uma pesquisa pautada na temática Educação e Cidadania, isto é, levantamos dados e questionamentos sobre o trabalho de um cidadão profissional e seus reflexos na produção e na formação de outros cidadãos, quais sejam, professores, funcionários, alunos e responsáveis.

Observamos o fenômeno a partir de uma investigação participativa e uma análise qualitativa, isto é, realizamos uma pesquisa do tipo etnográfica no interior de três Escolas Públicas, o que insere o nosso estudo na linha de pesquisa Processos Educacionais e Cotidiano Escolar. Entrevistamos seus Diretores, observamos e participamos da sua rotina, além de analisarmos documentos e dados da imprensa oficial, de dentro e de fora das escolas.

Conhecer a Escola Pública Municipal de hoje e, em particular, a forma como é administrada, é ir além das aparências desse fenômeno, realizando um processo histórico de relação da função da Escola com a proposta de Sociedade e o tipo de Estado que vivenciamos. Para isso, precisamos refletirem todo esse contexto a partir de certos condicionantes, além dos aspectos ideológicos e

* *A Interferência da prática ideológica no trabalho do administrador escolar na instituição pública de ensino fundamental no município do Rio de Janeiro (1992-1995)*. Rio de Janeiro, 1996.

hegemônicos que sobre eles exercem influências, considerados não como pontos de chegada para a compreensão do fenômeno, mas como ponto de partida para a compreensão da totalidade da estrutura onde estão inseridos.

Para tanto, a fundamentação teórica construída e que deu suporte a essa pesquisa envolveu questões sobre ideologia e sua prática no Estado e na Escola, reflexões acerca da abertura democrática no Brasil e sua repercussão na Escola e a investigação dos princípios fundamentais da organização dessa Instituição com vistas à caracterização do trabalho do Diretor enquanto Administrador Escolar. Era fundamental encadear as idéias dando coerência e significado ao estudo a partir dos temas abordados. Por que trabalhar a questão ideológica? Porque, como já afirmamos antes, a Escola Pública é, na realidade, a escola estatal que, além de estar inserida na sociedade capitalista e sofrer influências dessa forma de organização, ainda carrega consigo o papel desempenhado pelo Estado dentro dessa sociedade e, conseqüentemente, dentro dessa Escola. A questão da abertura democrática mereceu tratamento relevante por se tratar de um momento histórico que, a partir da retomada da participação popular nos problemas sociais e políticos, a administração da Escola Pública tende a mudar seu enfoque mais conservador para outro com vistas a uma gestão mais democrática, mais participativa. E, a Administração Escolar na sociedade capitalista teve seu lugar nesse trabalho justamente porque essa Escola Pública com a qual estamos tratando faz parte, como já dissemos, desse tipo de sociedade. A partir dessa constatação pode-se dizer que os princípios administrativos que lá se efetivam estão relacionados com as exigências capitalistas, assim como a consideração ou a desconsideração das especificidades dessa escola e a busca de uma Administração Escolar Transformadora precisavam ser analisadas dentro desse contexto mais amplo.

Acabamos por concluir que o Diretor dessa Escola Pública é, através da sua prática, um instrumento na perpetuação da função hegemônica dentro da Escola, mediando a transformação da Filosofia da classe hegemônica em senso comum da classe subalterna, com poucas chances, pelo menos de forma mais imediata, de viabilizar a retificação de situações em busca de melhorias técnico-pedagógicas e técnico-administrativas, o que irá dificultar o trabalho desse Diretor com os membros da Comunidade Escolar com vistas à transformação.

Isso acontece a partir do que *Chauí (1989)* chama de trabalho ideológico e o que o torna possível é o fenômeno de alienação. Esses Diretores envolvidos por essa prática ideológica que aí está não se dão conta de que o trabalho dentro da Escola Pública é conduzido de forma a preservar os interesses da classe que domina a sociedade, de forma a obter a universalização das suas idéias entre todos os indivíduos. Tal situação se evidencia, por exemplo, quando o diretor se utiliza da autoridade legal que é marcada pelo poder impessoal, legitimada pelo cargo que ocupa para "permitir" ou não a participação, a interferência nas decisões que envolvem o cotidiano escolar, desempenhando assim o papel do Estado "educador" dentro da Escola, isto é, aquele que consegue administrar com o consenso organizado e vago dos membros da Comunidade Escolar, Proporcionando a todos o "conhecimento" adequado dos direitos e deveres de cada um que "educa o consenso", que produz a "vontade de conformismo", que unifica a crença e a adesão numa ordem moral que justifica uma ordem política e esconde as diferenças e injustiças. (*Mochcovitch, 1991, p. 43*).

Tudo isso decorre do fato de a administração não ser autônoma em relação aos fins que busca realizar. Por isso mesmo, é preciso que, no caso específico das nossas Escolas Públicas, a coordenação do esforço humano com vista ao alcance de resultados de boa qualidade no decorrer do processo de trabalho que perpassa o dia-a-dia das Escolas seja função de grupos e não de indivíduos aos quais são reservados poder e autoridade irrestrita sobre os demais.

Para tanto, será fundamental que esse Diretor supere a visão que tem acerca da sua função enquanto um controlador do trabalho alheio, um centralizador de decisões, um burocrata difusor de ordens. E tal superação passa pelo tipo de formação que esse profissional recebe nos cursos de Pedagogia com habilitação em Administração Escolar, que precisam ser revistos urgentemente. E,

para aqueles que já estão formados, será preciso que cursos de reciclagem e aperfeiçoamento profissional sejam organizados a partir de novos posicionamentos na viabilização de uma Administração Escolar transformadora.

Isso porque ter consciência das verdadeiras relações sociais, políticas, econômicas e culturais que perpassam a realidade, além da conscientização de seu papel profissional como administrador-educador que tem uma ação administrativa mediada politicamente, somado a possíveis encaminhamentos com vistas à mudanças, só poderão ocorrer a partir de um estudo profundo da realidade como um todo e, em especial, da realidade educacional, que, nos cursos de formação de Administradores Escolares, deverá ter como ponto de partida a formação geral, permitindo integrar o conhecimento específico num quadro teórico mais amplo e numa prática administrativa mais competente em dois aspectos: político e técnico.

A partir daí, com um Diretor marcado por bases sólidas, política e tecnicamente falando, será possível vislumbrarmos, para as nossas Escolas Públicas, uma Administração Escolar Identificada com os princípios da transformação social, capaz de combater essa atual tendência imobilista na medida em que, diante da necessidade de convergência e consciência de interesses de classe, o diretor esteja apto a lidar com as contradições existentes dentro e fora da Escola, buscando introduzir práticas democráticas de coordenação do esforço humano coletivo, articuladas com uma nova postura administrativa, identificadas com a concepção de mundo da classe trabalhadora, concepção esta cuja divulgação deve ser favorecida por iniciativas que visem a provocar a consciência crítica da realidade escolar e social.